



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2024**  
**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2024 – RP Nº 029/2024**

**TERMO DE APRECIAÇÃO**

**I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por TQQ CONSTRUTORA LTDA, ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 102/2024, Pregão Eletrônico nº 049/2024, Registro de Preços nº 029/2024, conforme registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 30/08/2024, relativamente ao item 01 (item único).

O inconformismo da recorrente refere-se à decisão de classificação da proposta da licitante SMUTEC TECNOLOGIA MONTAGENS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA (EPP), declarada vencedora do certame, ao argumento de inexecuibilidade do valor final da sua proposta. Anota-se que a pretensão recursal engloba, também, a verificação da exequibilidade das propostas ofertadas por *“todas as empresas que apresentaram preços considerados inexequíveis de acordo com o edital e legislação federal”*, em caso de acolhimento da pretensão principal.

Argumenta-se que os valores da proposta da recorrida SMUTEC TECNOLOGIA MONTAGENS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA (EPP) (valor unitário: R\$ 149,64 - valor total: R\$ 269.352,00) é inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço referencial do certame (valor unitário: R\$ 205,10 - valor total: R\$ 369.180,00).

Aduz que a não desclassificação da proposta implicaria violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao Edital.

Diante disso, invocando as disposições do art. 11, inciso III, c/c art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, além de jurisprudência paradigma, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja declarada a desclassificação da licitante SMUTEC TECNOLOGIA MONTAGENS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA (EPP), bem como de *“todas as empresas que apresentaram preços considerados inexequíveis de acordo com o edital e legislação federal”*.

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias úteis – iniciou-se em 05/09/2024 (quinta-feira), vindo a findar-se em 09/09/2024 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, a licitante SMUTEC TECNOLOGIA MONTAGENS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA (EPP) apresentou contrarrazões em 09/09/2024, às 10:42:33h, isto é, tempestivamente, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso.

Em sede de contrarrazões recursais, a recorrida rechaçou as alegações das recorrentes, apontando, em suma, que o preço proposto é condizente e exequível, compatibilizando-se com os custos da prestação de serviço com o objeto a ser contratado.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

### **Setor de Licitação**

Ademais, apresentou balanço patrimonial referente aos dois últimos exercícios, bem como contrato celebrado pela empresa junto ao Município de Conselheiro Lafaiete, através do Processo Licitatório 047/2024 – Concorrência Pública 003/2024, além de ordem de serviços e planilhas de medição, demonstrando a execução de serviços de alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, pelo valor unitário de R\$ 128,62 (cento e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), ou seja, inferior ao ofertado no presente certame.

Em síntese, é o relatório.

### **II. Da admissibilidade**

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 30/08/2024 (sexta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 02/09/2024 (segunda-feira), vindo a findar-se em 04/09/2024 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado no dia 04/09/2024, às 14:45:42h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Destarte, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se do presente recurso.

### **III. Do mérito recursal**

#### **III.1. Da alegação de inexecuibilidade da proposta vencedora**

Analisando detidamente o recurso, constata-se que o cerne da controvérsia consiste na verificação da (in)exequibilidade da proposta declarada vencedora no certame.

De início, em exame das razões recursais, observa-se que a alegação de inexecuibilidade formulada pelo recorrente não é baseada em fundamento técnico referente à composição dos custos da proposta impugnada, tampouco eventual conflito com as despesas inerentes à execução do objeto licitado.

Noutras palavras, não consta do recurso qualquer impugnação efetiva relacionada aos preços unitários e totais ofertados pela licitante vencedora, limitando-se a recorrente a defender a inexecuibilidade da proposta inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência do Edital. Isto é, a tese recursal arrima-se exclusivamente no argumento de que as disposições do art. 59, incisos III e IV e §4º, da Lei nº 14.133/2021 estabeleceriam uma presunção absoluta de inexecuibilidade da proposta cujo valor final for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência do Edital.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

Com a devida vênia, não assiste razão à licitante recorrente.

Primeiramente, importante registrar que a Lei nº 14.133/2021 define parâmetros de cálculo para a verificação da exequibilidade tão somente para obras e serviços de engenharia (art. 59, § 4º).

No caso concreto, contudo, observa-se que o objeto licitado (prestação de serviços de instalação de tela de alambrado em tubos de aço, com fornecimento de material) consiste em prestação de serviço comum, não enquadrado no conceito de serviço de engenharia estabelecido no art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional), em seu art. 34, orienta que no caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**. No entanto, a própria Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 ressalva, no parágrafo único do dispositivo supracitado, que a presunção indiciária de inexecuibilidade é relativa, cabendo comprovação em contrário.

Retomando o enfoque na Lei de Licitações, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial atualmente pacificado, o critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma **presunção relativa de inexecuibilidade de preços**, não sendo cabível a desclassificação automática da proposta inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência, mas, sim, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da mesma lei.

Leciona Hamilton Bonatto, no artigo “Análise sobre a exequibilidade das propostas em licitações de obras e serviços de engenharia segundo a Lei nº 14.133/2021 e a lei complementar nº 95/1998”<sup>1</sup>:

*“A questão da inexecuibilidade das propostas licitatórias, sempre causou discussões. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 59, veio estabelecer critérios para a desclassificação dos proponentes no tocante à inexecuibilidade dos preços apresentados. Este dispositivo legal determina que serão desclassificadas as propostas que apresentem preços inexecuíveis ou que não comprovem sua exequibilidade, quando assim for exigido pela Administração Pública.*

*O inciso III do referido artigo menciona a desclassificação de propostas com preços inexecuíveis ou que superem o orçamento estimado para a contratação. Na sequência, o inciso IV permite ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta antes de sua desclassificação, caso ela pareça inexecuível à primeira vista. Contudo, surge uma discussão jurídica relevante quanto à natureza relativa ou*

<sup>1</sup> Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/analise-sobre-a-exequibilidade-das-propostas-em-licitacoes-de-obras-e-servicos-de-engenharia-segundo-a-lei-no-14-133-2021-e-a-lei-complementar-no-95-1998/>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

*absoluta da inexecuibilidade de propostas em obras e serviços de engenharia.*

*Verificando o § 4º do mesmo artigo, este dispositivo introduz um critério quantitativo para aferição da inexecuibilidade especificando que, para tais casos, são consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.*

*É cediço que, durante a vigência da Lei nº 8.666/1998 o Tribunal de Contas pacificou entendimento no sentido de que os critérios elencados pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para definir a proposta inexecuível conduzem a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, isto é, havia somente um indício de inexecuibilidade quando o preço ofertado pelo licitante não atingia os critérios ditados no art. 48 da lei revogada. Aquela Corte de Contas sumulou este entendimento da seguinte forma: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.*

*Essa a racionalidade foi traduzida na Súmula 262 do TCU sob a égide da Lei 8.666, no sentido de que o critério legal conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta."*

No mesmo artigo, Hamilton Bonatto pondera que, ao contrário do entendimento sumulado, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 2198/2023 (Min. Relator Antônio Anastasia), chegou a posicionar-se no sentido de que, na vigência da Lei nº 14.133/2021, a interpretação do seu art. 59 conduziria a uma presunção absoluta de inexecuibilidade, ao tratar de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia.

Todavia, conforme ressalvado pelo doutrinador, referida tendência interpretativa não estaria alinhada às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece normas para a elaboração e redação das leis federais. Vejamos:

*"No entanto, no Acórdão 2198/2023 do Tribunal de Contas da União (TCU), na vigência da Lei nº 14.133/2021, relatado pelo Ministro Antônio Anastasia, trouxe a interpretação de que a inexecuibilidade do art. 59, ao tratar de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, é absoluta. Este acórdão representa um entendimento relevante ao considerar que propostas abaixo do limiar de 75% do valor orçado, em contextos de obras e serviços de engenharia, devem ser diretamente desclassificadas, sem necessidade de procedimentos adicionais para averiguar a exequibilidade.*

*Tal posicionamento, ainda que represente uma decisão pontual, sinaliza potencial tendência interpretativa quanto à aplicação estrita do § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.*

*Contrapondo-se a essa tendência, com fundamento na Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece normas para a elaboração e redação das leis federais, em seu artigo 11, ressalta a necessidade de*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

*clareza e lógica na estruturação das disposições legais. Com esse fundamento sugere-se prosseguir ao que decidiu a r. Corte de Contas, e, conforme esta lei complementar, verificar que os parágrafos se destinam a expressar complementos ou exceções às regras gerais estabelecidas no caput dos artigos a que vinculam.*

*Assim, o § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, complementa o enunciado no inciso III do caput, conforme a legística, para estabelecer um percentual para a inexecuibilidade das propostas no caso de obras e serviços de engenharia. O legislador pretendeu, e o fez, dar um parâmetro de inexecuibilidade para as obras e serviços de engenharia, diferente dos demais objetos.*

*Prosseguindo nessa via, a segunda parte do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998, prevê outra função para os parágrafos: expressar as exceções à regra estabelecida no caput. Portanto, caso fosse a intenção do legislador excepcionar a previsão da demonstração da inexecuibilidade prevista no inciso IV do caput, o teria feito como o fez em outros topos da mesma Lei.*

*Uma vez identificada a proposta inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, o dispositivo o § 4º do caput, onde consta o inciso IV que permite que o proponente demonstre a exequibilidade de sua proposta.*

*(...)*

*Prosseguindo nessa análise, a ausência de uma exceção explícita no § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, relativamente à regra de demonstração de exequibilidade (inciso IV), sugere que a intenção do legislador não era a de estabelecer uma inexecuibilidade absoluta para propostas abaixo do referido limiar de 75%, mas a de que, sem a possibilidade de comprovação da sua exequibilidade pelo licitante, tais propostas não devem ser automaticamente consideradas inexecuíveis.*

*(...)*

*Ademais, a interpretação de que a inexecuibilidade de propostas em obras e serviços de engenharia é absoluta quando o valor ofertado é inferior a 75% do orçado contraria o espírito da norma que visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo à execução do objeto contratado. Deve-se considerar a possibilidade de que, em determinadas situações, o licitante possa justificar a viabilidade de sua proposta, mesmo que esta apresente um desconto significativo em relação ao valor orçado.*

*Portanto, defende-se uma interpretação jurídica que concilie a segurança e a eficiência nos processos licitatórios com a flexibilidade necessária para aferição da exequibilidade das propostas, especialmente em obras e serviços de engenharia, onde a variabilidade de custos e a expertise técnica dos licitantes podem justificar propostas com valores inferiores ao limite estabelecido pelo § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021.*



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

### **Setor de Licitação**

*Em conclusão, a análise harmonizada da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Complementar nº 95, de 1998, indica que, perante propostas que apresentem valores abaixo do estimado em licitações de obras e serviços de engenharia, é fundamental conceder aos proponentes a chance de manifestação para comprovar a exequibilidade de suas propostas. Tal abordagem é essencial para garantir a competitividade e assegurar a escolha da oferta que melhor atenda aos interesses da Administração Pública, e conferir eficácia aos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, norteadores dos processos licitatórios e contratações administrativas.*

*Reconhece-se a preocupação quanto à possibilidade de propostas com descontos superiores a 25% implicarem a não entrega do objeto conforme acordado. No entanto, a responsabilidade pela definição da inexecuibilidade de tais propostas deve ser considerada de maneira absoluta ou relativa cabe exclusivamente ao legislador.*

*Assim, conforme o exposto, seguindo o contido na Lei Complementar nº 95, de 1998, para a interpretação do conteúdo do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, verificando-se a inexistência de parágrafo determinando que aos casos previstos no §4º (inexecuibilidade das propostas com valores inferiores a setenta e cinco por cento do valor orçado pela Administração), não se aplica o disposto no inciso 4º (serão desclassificadas as propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração), a presunção de inexecuibilidade deve ser relativa, permitindo-se ao proponente o direito de manifestar-se para demonstrar a sua proposta.*

*Ao se debruçar sobre a normativa e sua aplicação prática, deve-se considerar a lógica e a estruturação legislativa na busca pela interpretação que melhor atenda aos princípios constitucionais que regem a administração pública e os processos licitatórios. O desafio está em harmonizar os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 com as diretrizes para a redação de leis (Lei Complementar nº 95, de 1998), de modo a extrair uma compreensão que permita, de forma justa e razoável, a avaliação da exequibilidade das propostas sem comprometer a integridade e a efetividade dos procedimentos licitatórios”.*

Contudo, graças à evolução da linha jurisprudencial do TCU, a controvérsia relacionada à natureza da presunção de inexecuibilidade revela-se, atualmente, pacificada.

Isso porque o Plenário do Tribunal de Contas da União restaurou sua jurisprudência consolidada durante a vigência da Lei nº 8.666/1993 por meio da aprovação da Súmula nº 262. Essa é compreensão que se forma a partir da decisão adotada no Acórdão nº 465/2024 – Plenário, o qual avaliou representação em face da desclassificação de propostas por inexecuibilidade de preço, na forma prevista pelo § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, sem que a Administração concedesse a oportunidade de as licitantes demonstrarem a exequibilidade dos valores propostos previamente.

Colhe-se do Acórdão nº 465/2024 o seguinte fragmento:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

*"Mais especificamente sobre o tema, a Súmula-TCU 262 informa que "o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 conduz a uma presunção relativa de inexecução de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta".*

*Embora a súmula mencione o art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993, é entendimento desta Corte de Contas que tal julgado também se aplica à interpretação do art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021, conforme disposto no Manual de Licitações e Contratos do TCU, in verbis:*

*Para obras e serviços de engenharia, a Lei 14.133/2021 delimitou a inexecução a valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração. Considerando o disposto na Súmula - TCU 262/2010 e em diversos julgados do TCU, ainda sob a égide da Lei 8.666/1993, esse limite também pode ser considerado para fins de presunção relativa de inexecução de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Não se vê, portanto, obstáculo para aplicar a súmula citada à Lei 14.133/2021. (...) Consoante exposto anteriormente, a Lei 14.133/2021 delimitou a inexecução a valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração. No entanto, considerando o disposto na Súmula - TCU 262 e em diversos julgados do TCU, ainda sob a égide da Lei 8.666/1993, esse limite também pode ser considerado para fins de presunção relativa de inexecução de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Não se vê, portanto, obstáculo para aplicar a súmula citada à Lei 14.133/2021, inclusive porque o art. 59, inciso IV c/c § 2º, da referida Lei prevê expressamente a possibilidade de a exequibilidade ser demonstrada pelo licitante, quando solicitado pela Administração. (Manual de Licitações e Contratos do TCU, 5ª edição, 2023, p. 523, 542 e 543).*

*Desse modo, o procedimento para aferição da viabilidade de proposta de preços conduz a uma presunção relativa de inexecução de preços, de modo que sempre haverá a possibilidade de o licitante comprovar sua capacidade de bem executar os preços propostos, atendendo satisfatoriamente ao interesse da Administração, o que parece não ter sido observado no caso em análise".*

Desta forma, prevalece o entendimento quanto à natureza relativa da presunção de inexecução de preços prevista no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Alinhado a tal premissa, **no caso concreto**, reputa-se não merecer prosperar a alegação da recorrente, conforme raciocínio abaixo:

O valor unitário de referência do certame era de R\$ 205,10 (duzentos e cinco reais e dez centavos), nos termos do item 19 do Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

A empresa ATRELAR PROJETOS LTDA (ME) foi declarada vencedora com proposta final no valor unitário de R\$ 149,64 (cento e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), ou seja, correspondente a **72,9595%** do preço de referência.

A proposta vencedora, portanto, foi inferior ao percentual de 75% previsto no art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021. Todavia, imprescindível destacar que tal disposição é aplicável somente no caso de licitação de obras e serviços de engenharia, aplicando-se ao caso concreto, por analogia, o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional), que em seu art. 34, orienta que no caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

No entanto, a própria Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 ressalva, no parágrafo único do dispositivo supracitado, que a presunção indiciária de inexecuibilidade é relativa, cabendo comprovação em contrário.

De todo modo, frisa-se que tanto a Lei nº 14.133/2021 (art. 59, §2º), quanto o Edital (item 9.5.4.3) e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (art. 34, parágrafo único), estabelecem a prerrogativa da Administração quanto à realização de diligências para aferir a exequibilidade das propostas.

Ao influxo disso, sendo defeso ao ente licitante estipular, de maneira subjetiva, critérios de exequibilidade de preços, uma vez que não há espaço para subjetivismos na condução dos certames públicos, e diante da impossibilidade de se adotar limites de variação de preços em função do orçamento adotado, visto que este dependerá de circunstâncias impossíveis de definição prévia e exaustiva, a verificação da (in)exequibilidade deve revestir-se com especial cautela, em conformidade com os elementos objetivos do caso concreto.

Compulsando os autos, verifica-se inexistir elemento capaz de evidenciar objetivamente a inexecuibilidade da proposta ofertada pela licitante vencedora, a qual, por sua vez, foi e permanece responsável por toda as transações efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances (ex vi item 7.21 do Edital), **sob as penas da lei e das sanções previstas no Edital e anexos.**

Reitera-se, por importante, que a própria alegação de inexecuibilidade formulada pelo recorrente não é baseada em fundamento técnico referente à composição dos custos da proposta impugnada, tampouco eventual conflito com as despesas inerentes à execução do objeto licitado. A recorrente se apegua, exclusivamente, ao cálculo matemático decorrente da presunção absoluta da inexecuibilidade (repita-se: tese superada).

Não é demais anotar que os preços ofertados pelos licitantes que acudiram ao certame foram, **de um modo geral, significativamente inferiores à média prévia de referência do item licitado,** conforme Relatório de Classificação de Licitação emitido por meio da plataforma BBMNET e anexado aos autos físicos do processo. Confira-se:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

**Lote-1**

**Critério de participação:** Ampla participação

**Critério de fechamento:** Unitário para o Item

**Preço de referência:** R\$ 369.180,00

**Fase do lote/item:** Habilitação

**Situação:** Ativo

**Item-1:** Descrição do Item : Contratação de empresa especializada, sob o sistema de Registro de Preços, para prestação de serviços de instalação de tela de alambrado em tubos de aço, com fornecimento de material, para cercamento em campos de futebol do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

Nome / Razão Social	Documento do Licitante	Último lance	Valor do Lance	ME-EPP	Classificado	Marca / objeto
Participante 3 - SMUTEC TECNOLOGIA MONTAGENS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA	24.059.434/0001-25	30/08/2024 às 09:49:43	R\$ 149,64	Sim	Sim	Não informado
Participante 7 - LUCKSERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	44.044.562/0001-02	30/08/2024 às 09:49:37	R\$ 149,65	Sim	Sim	Não informado
Participante 5 - J M SERVIÇOS URBANOS E CONSTRUÇÕES LTDA	27.028.550/0001-75	30/08/2024 às 09:45:09	R\$ 150,00	Sim	Sim	Não informado
Participante 1 - TQQ CONSTRUTORA LTDA	23.779.439/0001-60	30/08/2024	R\$ 153,83	Sim	Sim	Não

Página 1 de 2

		às 09:41:55				Informado
Participante 2 - ALVES FREITAS ENGENHARIA LTDA	42.778.523/0001-03	30/08/2024 às 09:41:38	R\$ 155,00	Não	Sim	Não informado
Participante 8 - Luiz Fernando Tavares Gurgel	56.063.826/0001-54	29/08/2024 às 17:37:21	R\$ 165,75	Sim	Sim	Não informado
Participante 4 - ENGETELA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	12.721.248/0001-20	30/08/2024 às 09:43:26	R\$ 175,00	Não	Sim	Não informado
Participante 9 - TRIEFFY SERVIÇOS E PRODUTOS LTDA	47.638.888/0001-56	30/08/2024 às 09:36:33	R\$ 198,33	Sim	Sim	Não informado
Participante 6 - LILIANE DA SILVA 07084351655	26.257.921/0001-28	29/08/2024 às 14:57:07	R\$ 205,00	Sim	Sim	Não informado

Nesta ordem de ideias, observa-se que a tendência geral do certame correspondeu à oferta de valores bastante inferiores àqueles previstos no preço referencial. Tal circunstância demonstra que não apenas a licitante vencedora, mas significativa parcela dos concorrentes propuseram-se a executar o objeto da licitação por contraprestação financeira bastante abaixo àquela estimada pela Administração.

A mera discrepância de preços entre a proposta impugnada e aquela ofertada pela recorrente não autoriza concluir no sentido da inexequibilidade da primeira, sendo que a formulação das propostas decorre de estratégias comerciais de cada licitante, a serem definidas no exercício da liberdade econômica particular.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

Isso porque, importante ressaltar, os licitantes têm liberdade de elaboração das suas ofertas, podendo minimizar ou até excluir sua margem de lucro e reduzir alguns custos em função da sua atividade, maquinário, estoques, etc. e ainda assim estar apto a executar o objeto da licitação. Um valor reduzido da proposta não quer significar a inexequibilidade da mesma.

Adentrando especificamente na análise da proposta ofertada pela empresa SMUTEC TECNOLOGIA MONTAGENS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA (EPP), observa-se que o petítório de contrarrazões foi instruído, dentre outros documentos, com balanço patrimonial referente aos dois últimos exercícios, bem como contrato celebrado pela empresa junto ao Município de Conselheiro Lafaiete, através do Processo Licitatório 047/2024 – Concorrência Pública 003/2024, além de ordem de serviços e planilhas de medição, demonstrando a execução de serviços de alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, pelo valor unitário de R\$ 128,62 (cento e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), ou seja, inferior ao ofertado no presente certame.

Desta forma, evidencia-se plausivelmente a exequibilidade da proposta ofertada, em detrimento da argumentação genérica deduzida pela recorrente.

Por fim, cediço que a legislação prevê a possibilidade de exigências de garantias adicionais em caso de propostas com preços inferiores a 85% do valor orçado pela Administração, como medida de mitigação de riscos.

Contudo, não há dúvidas de que tal medida – a exemplo das garantias relacionadas à execução contratual, previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 – deverão ser exigidas em momento oportuno, como condição para celebração do contrato.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, a improcedência do recurso é medida que se impõe.

#### IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Pregoeira resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto por TQQ CONSTRUTORA LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida em relação ao item 01 (item único).
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 10 de setembro de 2024.

**Bruna de Siqueira Nogueira**  
Pregoeira